

FRIEDRICH ENGELS, HISTORIADOR DA REVOLUÇÃO ALEMÃ DE 1848-1849

David Maciel¹

RESUMO: Este artigo procura mostrar em que medida o estudo de Engels sobre a revolução alemã de 1848-49 ressalta a particularidade da revolução burguesa na Alemanha, antecipa temas e problemas só desenvolvidos plenamente pelo marxismo no século XX, como o transformismo e a revolução passiva, e ainda evidencia a aplicação do método do materialismo histórico à análise de um processo histórico determinado, constituindo-se como um dos textos fundadores desta perspectiva metodológica.

Palavras-chave: Revolução; Contra-revolução; Bonapartismo; Transformismo.

ABSTRACT: This article try to show how Engels's study about german revolution in 1848-49 highlights the peculiarity of the bourgeois revolution in Germany, anticipate themes and problems only fully developed by marxism in twentieth century, as transformism and passive revolution, and still evidence the application of the method of history materialism to the analysis of a history determined process, constituting itself as one of the founders texts of this methodological perspective.

Keywords: Revolution; Counterrevolution; Bonapartism; Transformism.

Introdução

O presente estudo de Engels sobre o processo revolucionário na Europa Centro-oriental faz parte de um conjunto de análises histórico-políticas elaboradas por ele e por Marx entre os anos de 1847 e 1852 (*Manifesto do Partido Comunista; As lutas de classe na França; A burguesia e a contrarrevolução; As guerras camponesas na Alemanha e O 18 Brumário de Louis Bonaparte*), quando o método das situações e correlações de força foi desenvolvido pela primeira vez. Neste estudo Engels desenvolve este método periodizando o processo da luta de classes não apenas no âmbito da Alemanha de então, mas extrapolando a dimensão nacional do problema e mostrando o jogo e os vínculos entre as classes em termos internacionais. No caso em questão Engels analisa uma situação revolucionária que foi derrotada, onde a restauração teve um peso decisivo na história futura dos países onde ocorreu e na criação do seu Estado burguês. Daí sua importância para a problemática da revolução passiva e do transformismo, desenvolvida por ele em germe em seu estudo.

A atenção dada por Engels ao problema da revolução alemã não era desinteressada, pois enquanto militante da Liga dos Comunistas e um dos membros do jornal Nova Gazeta Renana participou ativamente do processo junto com Marx,

¹ David Maciel é professor da Faculdade de História da UFG – Universidade Federal de Goiás.

chegando a atuar numa milícia popular em sua fase final e sofrendo o exílio como principal consequência da derrota. *Revolução e contra revolução na Alemanha* é uma espécie de balanço do processo revolucionário, com a finalidade de desvendar as causas de seu fracasso e suas possibilidades futuras do ponto de vista dos interesses da classe operária e do campo popular. Escrito entre agosto de 1851 e setembro de 1852 o estudo de Engels foi publicado em 19 edições do jornal New York Daily Tribune entre os meses de outubro de 1851 e outubro de 1852, sob a assinatura de Marx, correspondente do jornal na Europa, então atarefado com seus estudos de economia política.

Neste período Marx e Engels viviam como exilados na Inglaterra, onde tentaram reeditar a Nova Gazeta Renana, desta vez como revista. A empreitada não durou muito tempo em função das dificuldades econômicas, mas principalmente políticas. Enquanto o movimento revolucionário entrava num período de refluxo em toda a Europa, a Liga dos Comunistas passava por um processo de cisão que levou à sua crise e desaparecimento justamente em função das divergências de interpretação e de tática acerca do futuro da revolução na Alemanha. A iniciativa de enviar centenas de militantes à Alemanha num período em que a revolução já havia sido derrotada e o movimento revolucionário refluía contou com a oposição de Marx e Engels, mas redundou na prisão de diversos deles, no famoso processo contra os comunistas de Colônia promovido pelo governo prussiano, e na cisão definitiva da Liga.

A tese fundamental desenvolvida por Engels em *Revolução e contra revolução na Alemanha* foi inicialmente desenvolvida nas páginas do jornal Nova Gazeta Renana, enquanto a revolução estava em curso, como exemplificam os artigos de Marx reunidos sob o título de “A burguesia e a contrarrevolução”, e confirmada pela evolução histórica posterior da Alemanha. Tal tese consiste em identificar que para a burguesia alemã a revolução foi um hiato indesejável numa longa trajetória de acomodação desenvolvida em relação aos governos feudal-absolutistas e às classes conservadoras desde 1815. Trajetória fundada na abdicação da disputa e da conquista do poder político em troca de concessões progressivas em favor do comércio, da indústria e do capitalismo, em geral. Forçada a assumir a dianteira do processo revolucionário devido à pressão popular e à situação internacional favorável, a burguesia alemã procurou retornar ao seu curso histórico “natural” durante todo o tempo em que durou a revolução. Ao invés de se aliar organicamente às classes populares e impulsionar a revolução até a abolição completa do feudalismo e do Estado feudal-absolutista, a burguesia alemã preferiu frear o carro

da revolução à cada momento de radicalização e salvar os poderes instituídos do dilúvio.

Segundo a tese de Engels, por trás da covardia e da pusilanimidade o comportamento conciliador da burguesia era determinado por uma situação histórica específica, onde ao mesmo tempo em que tinha diante de si tarefas históricas há muito realizadas por outras burguesias, como a formação do Estado Nacional e a criação de um mercado unificado, a burguesia alemã já convivia com o conflito de classes moderno, devido ao próprio surgimento do operariado alemão e à difusão do ideário socialista. Nesta situação, que combinava tempos históricos distintos, a burguesia alemã poderia desencadear a aceleração do processo de instauração de sua dominação de classe por meios revolucionários, o que implicaria favorecer a ação política e social das classes subalternas e dar livre curso ao conflito de classes moderno; no entanto, preferiu optar pelo gradualismo e pela acomodação política, aliando-se às classes conservadoras em defesa da preservação da ordem e da propriedade privada. Nestas condições o bonapartismo bismarckiano tornar-se-ia inevitável, como Engels teorizará mais tarde.

Assim, *Revolução e contrarrevolução na Alemanha* apresentava uma clara conotação político-prática, pois se a conclusão geral do trabalho era de que a revolução democrática estava excluída do horizonte histórico burguês; esta então era uma tarefa histórica que só cabia à classe operária e seus aliados na perspectiva da revolução permanente. Em outras palavras, *Revolução e contrarrevolução na Alemanha* estava diretamente relacionada à defesa da estratégia da revolução permanente proposta por Marx e Engels ao movimento operário alemão naquela conjuntura, constituindo-se não como um simples estudo histórico-político, mas como parte da luta político-teórica em defesa da revolução socialista.

A obra

Aplicando o método do materialismo histórico recém desenvolvido por ele e por Marx, Engels estruturou os 19 artigos que compõem *Revolução e contrarrevolução na Alemanha* em três grandes partes. Na primeira, que abrange os artigos de I a IV, Engels trata da situação histórica da Alemanha às vésperas da revolução do ponto de vista metodológico da totalidade, mostrando a articulação orgânica entre a estrutura socioeconômica, os interesses de classe e suas perspectivas políticas e ideológicas. Na segunda parte, que abrange os artigos de V a X, relata a primeira fase da revolução, desdobrada entre os meses de março a outubro de 1848. Na terceira e última parte, que

começa no artigo XI e termina no artigo XIX, Engels analisa a segunda fase da revolução, de outubro de 1848, quando ocorre uma nova insurreição em Viena, até agosto de 1849, quando a revolução é derrotada.

a) *Classes e ideologias*

O estudo se inicia com uma ampla análise das estruturas socioeconômicas e político-ideológicas dos diversos Estados alemães e suas áreas de influência após 1815. Nesta análise se destacam o relativo atraso sociopolítico destes países em relação à Inglaterra e, principalmente, à França e a importância dos fatores externos em sua dinâmica histórica, como a questão das relações entre alemães, eslavos e húngaros, a interferência das potências estrangeiras na região, entre outros.

De acordo com Engels, na conhecida Alemanha de então, que abrangia desde as atuais Alemanha e Áustria até partes da Polônia, da República Tcheca, da Hungria e da Itália, predominava uma estrutura social com forte presença do sistema feudal da tenência; com exceção da margem esquerda do Rio Reno, região fronteira com a França. Isto conferia à nobreza grande força numérica e grande presença no aparelho de Estado, controlando a alta burocracia e o Exército. As classes burguesas, principalmente as burguesias manufatureira e industrial, padeciam com a débil e fragmentada estrutura industrial; onde ainda prevaleciam as velhas manufaturas dispersas pelo interior e pouco articuladas em lugar da moderna indústria concentrada em grandes cidades. Esta situação levou a burguesia alemã à sucessivas derrotas políticas após 1815; derrotas estas compensadas por ganhos em termos de legislação comercial, que permitiram sua lenta e tardia unificação numa oposição liberal durante os anos de 1840.

A pequena burguesia mercantil era secularmente numerosa, presente nas grandes e, principalmente, nas pequenas cidades, onde sua influência social era ainda maior. No entanto, apesar de sua importância social, que impedia que qualquer processo revolucionário ocorresse sem sua participação, sua posição intermediária entre a grande burguesia e o proletariado, além da sua tradicional dependência do mercado consumidor ligado à nobreza e ao aparelho de Estado, faziam com que sua postura política fosse extremamente ambígua e vacilante.

Incapaz de liderar qualquer coisa, a pequena burguesia vai a reboque da burguesia quando esta assume uma postura crítica frente à velha ordem. Nesta situação, a pequena burguesia adota as teses democráticas, indo além do liberalismo burguês. No entanto, diante do avanço da classe operária, recua para uma postura conservadora,

submissa à nobreza e à monarquia feudal. Deste modo, segundo Engels, a pequena burguesia expressa politicamente o limbo social em que vive.

A classe operária reflete a debilidade da indústria alemã. Socialmente é composta principalmente por jornaleiros e artesãos de velho tipo, saudosos das corporações e guildas medievais, tendo, por isto, uma perspectiva política atrasada. No entanto, ao longo dos anos um núcleo operário de novo tipo surgiu em algumas grandes cidades, onde predomina a indústria moderna, influenciado pela migração de grande número de operários a outros países, onde o movimento operário é mais avançado. É a este pequeno núcleo que Marx e Engels estão ligados através da Liga dos Comunistas. Segundo Engels, este núcleo operário acendeu para a perspectiva de emancipação do proletariado a partir das insurreições operárias da Boêmia e da Silésia em 1844. Apesar disto, o operariado alemão não pôde exercer a vanguarda da revolução, apesar de ter uma posição política favorável à criação de uma república federal e democrática na Alemanha. Para explicar este fato Engels avança a tese de que em sociedades em que a burguesia ainda não detém o poder político, a classe operária não tem como dirigir a revolução, pois além das tarefas históricas burguesas ainda não terem sido realizadas, as condições de êxito do proletariado são muito mais difíceis.

Como se sabe, esta tese se inseria na estratégia da revolução permanente preconizada por Marx e Engels nesta época, segundo a qual a classe operária deveria apoiar e atuar no processo revolucionário dirigido pela burguesia com vistas a evitar sua estabilização e superar seu conteúdo democrático-burguês lutando por medidas de conteúdo socialista, num processo de “revolução em permanência”. Porém, mais tarde esta tese foi adotada dogmaticamente pela doutrina stalinista do etapismo, abalizando a tática reformista e de conciliação adotada pelo movimento comunista internacional diante do capital a partir dos anos 30 e negando na prática a perspectiva revolucionária preconizada por Marx e Engels anteriormente.

No campo a estrutura social era ainda mais variada. Desde os grandes e médios camponeses até os pequenos, os rendeiros feudais e os trabalhadores rurais, todos tinham razões suficientes para aliar-se às classes que adotassem uma postura anti-feudal. Principalmente os grandes e médios camponeses buscaram aliar-se às classes anti-feudais das cidades. No entanto, a dispersão do conjunto do campesinato e a ausência de direção de uma de suas frações sobre as outras impediu que o movimento camponês adquirisse independência política ao longo do processo revolucionário, apesar de sua participação.

b) *A estrutura política da “Confederação Germânica”.*

No final de sua análise sobre a estrutura sociopolítica da Alemanha, Engels avança a tese de que uma das razões da derrota da revolução alemã é a variedade de interesses sociais distintos presentes no processo revolucionário; o que somado à fragmentação política da Alemanha e à ausência de um grande centro social e político que pudesse irradiar a luta política para outras localidades, como Paris ou Londres, criou uma situação onde lutas desconexas e desarticuladas se dissolveram repetidamente sem encontrar resultados decisivos. Na verdade, em termos atuais, faltou à revolução alemã a direção política necessária para levar o processo a resultado definitivo: seja a vitória, seja a derrota “rejuvenescedora”. Nem a burguesia, nem a classe operária e menos ainda a pequena burguesia tinham, cada uma, unidade e articulação suficientes para assumir a direção política do processo. Daí o caráter descontínuo, pleno de idas e vindas do processo revolucionário alemão.

Na análise de Engels um fator decisivo nesta dispersão foi o caráter extremamente fragmentário da estrutura política alemã, dividida em monarquias rivais (Áustria e Prússia), pequenos reinos, principados e ducados, totalizando 36 unidades políticas diferentes. Fragmentação, também refletida na estrutura econômico-social, que funcionou como um elemento fortemente passivizador das classes revolucionárias, particularmente da grande e da pequena burguesia, incapazes de ir além da proposta de uma monarquia semi-absolutista unificada, com a Prússia à frente (projeto que Bismarck realizará duas décadas depois). Nesta perspectiva, podemos afirmar que aqui a análise de Engels apresenta uma situação que mais tarde Gramsci definirá como transformista, justamente analisando um processo histórico paralelo ao alemão, a unificação italiana; e destaca sua importância nos rumos do processo revolucionário, o que evidencia sua riqueza analítica antecipando uma teorização que só se desenvolverá plenamente em época posterior.

Além disso, dentro de cada uma destas entidades políticas haviam instituições que, bem ou mal, atualizavam relativamente o regime feudal-absolutista existente em todas elas. No âmbito geral, ou seja, no plano da Confederação Germânica, herança institucional da Era Napoleônica que o Congresso de Viena preservou, havia a Dieta da Confederação, manipulada por Áustria e Prússia. No âmbito localizado de cada Estado, em especial nos pequenos, havia constituições semi-liberais e câmaras representativas, com as quais os príncipes podiam mobilizar seus súditos contra as pretensões

hegemonistas da Prússia e da Áustria. Em todas estas instituições predominavam as várias frações da nobreza graças à tradicional divisão entre os três estados; o que as tornou progressivamente inócuas para a burguesia na defesa dos seus interesses. De fato, estas instituições surgiram como resultado da expansão napoleônica e foram mantidas como concessões pelos reis e príncipes absolutistas no período pós-1815. Dos Estados alemães o menos aberto a estas concessões era a Áustria, justamente a monarquia absolutista mais rígida da Confederação e, por isto mesmo, a primeira a sentir o abalo revolucionário.

c) A revolução de março a outubro de 1848.

De março a outubro de 1848 a revolução vive uma fase ascendente, com as forças revolucionárias na ofensiva, a queda de diversos governos e a fuga de reis e nobres. A insurreição de Viena desencadeia o processo.

Na Áustria a opressão absolutista atingiu ares de perfeição sob o comando de Metternich. Apoiado pela nobreza feudal e pela burguesia banqueira, conforme a caracterização de Engels, o absolutismo austríaco controlava com mão de ferro as diversas nacionalidades do Império, até mesmo suas cultura e educação. De modo que as classes revolucionárias viviam num considerável atraso político, quando comparadas com o resto da Alemanha e mais ainda com a Europa Ocidental. No entanto, o ódio criado pelo próprio absolutismo austríaco foi capaz de unificar as classes burguesas, os operários, os estudantes e os camponeses numa insurreição contra Metternich, em março de 1848.

Engels assinala a importância da Revolução de Fevereiro em Paris para a insurreição de Viena, mas avalia que ela explodiria de qualquer forma, mais dia, menos dia. Derrubado o governo de Metternich, as classes burguesas assumem a proeminência do Estado, com o apoio de operários, estudantes e camponeses, numa aliança anti-absolutista que mascarava suas divergências orgânicas. A dependência da burguesia manufatureira austríaca em relação ao consumo da corte e da nobreza, que fugiram, tornava imperiosa para esta classe a perspectiva de estabilização da revolução. Isto gerou os primeiros descontentamentos e divergências na aliança anti-absolutista, refundida em sua unidade pelas novas insurreições de 15 e 26 de maio, motivadas pelas tentativas do governo de atacar ou minar as liberdades recém conquistadas. A manutenção da corte e da monarquia indicam a debilidade da revolução austríaca, impotente para derrubar completamente o edifício do velho Estado. Apesar desta

limitação, o governo de Metternich foi derrubado; liberdades de conteúdo liberal foram conquistadas; o Exército passou ao controle da Guarda Nacional e a servidão foi abolida no campo, por obra e graça da ação do campesinato.

Em Berlim, na Prússia, a insurreição estourou poucos dias depois, demonstrando com maior clareza as divergências no campo revolucionário e a *miséria* da revolução alemã. Segundo Engels, desde antes da revolução o oposicionismo burguês ao governo prussiano já havia adotado o caminho das negociações e conquistas parciais no interior da Dieta Unida, afastando-se da perspectiva da ruptura revolucionária. O levantamento de Paris, em fevereiro, tornou a burguesia mais temerosa e vacilante; de um lado, diante do operariado e da pequena burguesia, que compunham o chamado “partido democrático”; de outro lado, diante do governo prussiano e da nobreza. Isto por que, o que se derrubou em Paris era justamente o que a burguesia prussiana queria implantar: uma monarquia constitucional. Enquanto o “partido democrático” queria ir muito além, criando uma república democrática.

Deste modo, Engels revela como a burguesia prussiana agiu como instrumento de defesa da monarquia diante da ofensiva do “partido democrático” após as primeiras concessões feitas pelo rei. Porém, a repressão às manifestações populares levou o povo de Berlim à insurreição, permitindo a ascensão da oposição ao governo na Dieta Unida. O novo governo teve que abolir as restrições ao sufrágio, à liberdade de imprensa e reunião e ao direito individual de ser jurado e convocou eleições em dois níveis para uma assembleia constituinte, porém, mantendo toda a estrutura político-burocrática do Estado prussiano. De fato, quem legalizou as novas medidas foi a velha Dieta Unida, órgão de consulta do antigo regime no qual os liberais se acostumaram a atuar em posição subordinada para defender seus interesses.

Destaca-se na análise de Engels como no caso prussiano as divisões no campo revolucionário eram muito mais intensas, com a burguesia liberal adotando uma postura amistosa diante da velha ordem e hostil diante das classes populares, pois seu projeto era a criação de uma monarquia constitucional unificada na Alemanha, com o rei da Prússia no trono, e não a criação de uma república una e indivisível, como propunha a Liga dos Comunistas, partido de Marx e Engels. Esta situação explica por que apesar da revolução foram preservados o aparato estatal prussiano, que a burguesia queria reformar e não abolir, e o feudalismo, cuja abolição, levada a cabo pelo campesinato, foi devidamente revertida pelo governo liberal, numa traição sem igual da burguesia em relação à seus aliados camponeses.

No Leste a agitação revolucionária também se faz presente. O processo de germanização do Leste, iniciado ainda na Idade Média, criou uma situação onde os alemães dominavam as cidades, o comércio e, quando haviam, as manufaturas de vastas regiões que iam da Polônia, ao norte, à Bósnia e Croácia, ao sul. Enquanto isto, segundo Engels, os eslavos compunham uma enorme e atrasada massa camponesa, incapaz de qualquer unificação política e mesmo linguística, a seu ver constituindo etnias historicamente superadas, ou conforme Hegel, “povos sem história”. Assim sendo, Engels tem uma visão profundamente negativa dos eslavos, associando-os ao conservadorismo camponês, enquanto atribui aos alemães uma postura progressista naquela região. Daí sua crítica dura ao movimento pan-eslavista, considerado por ele um movimento reacionário e à serviço da Rússia.

Quando estouraram as insurreições de Viena e de Berlim, o movimento eslavista levanta a cabeça contra a dominação austríaca, na Boêmia, na Bósnia-Croácia, e contra a dominação prussiana, na Polônia Ocidental. Para Engels tal postura é um equívoco, pois os eslavos deveriam se unir às classes revolucionárias e apoiá-las contra o absolutismo, pois o fim deste na Alemanha seria também sua libertação. A posição da Liga dos Comunistas era de que a insurreição eslava deveria se dirigir contra a Rússia e não contra os governos revolucionários na Áustria e na Alemanha.

Porém, o estouro da revolução polonesa, em abril de 1848, que pretendia instaurar a República Polonesa, foi esmagado pelas tropas enviadas pelo próprio governo liberal alemão, que preferiu reafirmar a supremacia alemã sobre a região ao invés de buscar o apoio polaco contra a Rússia. Na Boêmia nova revolução estourou em junho de 1848 contra o domínio austríaco, estimulada pela reunião do Congresso eslavo. No entanto, a repressão austríaca foi implacável contra Praga, revelando as próprias vacilações do movimento pan-eslavista, pois ao avanço dos operários checos os dirigentes eslavistas ligados à burguesia e à nobreza recuaram apoiando a repressão.

No norte da Itália, dominado pela Áustria, também ocorreram iniciativas revolucionárias, plenamente combatidas pelas próprias tropas que fizeram a insurreição de Viena, demonstrando os limites do próprio movimento revolucionário austríaco. Nos condados de Schleswig e Holstein a população de etnia alemã levantou-se contra o domínio dinamarquês e também aqui os governos alemães, revolucionários ou não, postaram-se contra o exército revolucionário. Para Engels este comportamento vacilante dos governos revolucionários na questão das nacionalidades foi decisivo para a restauração da velha ordem na medida em que os governos absolutistas souberam usar o

nacionalismo em seu proveito e em que a revolução, que poderia adquirir um caráter continental, manteve-se vítima da fragmentação política da Confederação Germânica.

d) A evolução de outubro de 1848 à agosto de 1849.

De acordo com a periodização proposta por Engels, o período iniciado em março de 1848 inaugura uma nova etapa, na qual a unidade original das classes revolucionárias contra o absolutismo começa a ser progressivamente rompida devido à postura conciliadora da burguesia alemã diante da velha estrutura política, que ela queria reformar e não pôr abaixo. Daí suas vacilações; na Prússia frente à revolução na Polônia e na Dinamarca, e na Áustria frente ao movimento das nacionalidades eslavas. Engels ressalta que tal postura foi determinada pela dependência econômica e social da burguesia alemã frente à monarquia e à nobreza, que, por sua vez, teve o dom de radicalizar as classes populares, pequena burguesia e operariado, empurrando-as para frente e determinando um reordenamento das classes em luta: de um lado a burguesia liberal, a monarquia e a nobreza, de outro a pequena burguesia, os operários e, em menor grau, os camponeses. A etapa de outubro de 1848 à maio de 1849 evidencia este novo alinhamento.

Os principais efeitos da postura conciliadora da burguesia liberal alemã apareceram no governo imperial, na Assembleia Constituinte, ambos sediados em Frankfurt, mas também nos governos liberais formados nos respectivos Estados alemães. Orientados pela estratégia de reformar os Estados absolutistas de acordo com os princípios liberais e promover a unificação nacional, as instituições políticas nascidas das revoluções de março de 1848 e controladas pela burguesia liberal vão procurar conter o processo revolucionário, apaziguando pequenos burgueses, operários e camponeses e ganhar o voto de confiança da nobreza e dos reis absolutistas, necessário para a efetivação das reformas pretendidas. Na verdade, a burguesia liberal promove um giro de 180° em sua posição na medida em que passa de vanguarda da revolução à sua coveira.

No intuito de garantir seu projeto estratégico a burguesia liberal orienta suas instituições políticas no sentido de esvaziar politicamente os órgãos que contam com forte participação popular, principalmente as tropas e milícias, e reprimir os movimentos nacionalistas que feriam o direito de domínio da Áustria, da Prússia e da Dinamarca, evidenciando sua incapacidade em romper com a ordem internacional legada pelo Congresso de Viena (1815). No entanto, para efetuar com sucesso sua nova

tática, a burguesia liberal teve que tornar-se refém do Estado absolutista e da nobreza. Isto fica evidente na repressão às insurreições de Frankfurt, Colônia e Baden. Mais ainda na insurreição de Viena, em outubro de 1848, na insurreição alemã, em maio de 1849 e na Revolução Húngara de março/agosto de 1849.

Em Viena, por exemplo, nova insurreição estourou em outubro em reação ao envio de tropas pelo governo austríaco para massacrar o movimento nacionalista húngaro. Preocupada em resistir ao Exército imperial sem romper com a legalidade constitucional, em sua postura conciliadora a burguesia liberal foi atropelada pela resoluta disposição de lutar da classe operária. No entanto, isolado, sem apoio e sem uma direção política definida, o movimento de Viena foi derrotado. Em sua análise da derrota, Engels assinala que, além das vacilações da burguesia liberal austríaca, temerosa com o potencial “anárquico” da entrega das armas à população, concorreram para a derrota: a traição do governo húngaro, incapaz de sair em socorro de quem o defendeu; a traição do governo central e da Assembleia de Frankfurt, que por razões óbvias entregou Viena à própria sorte (com exceção da Esquerda da Assembleia) por estar presa ao seu compromisso de não romper com o estatuto legal vigente; e a traição dos pan-eslavistas, alinhados com o governo austríaco contra os revolucionários alemães/austríacos e húngaros. A vitória do governo absolutista sobre Viena desencadeou a ofensiva final da reação sobre a revolução.

Dias após à derrota de Viena, o rei da Prússia dissolveu a Assembleia Constituinte Prussiana, ocupou militarmente Berlim e derrubou o governo liberal. Na sequência outorgou uma nova Constituição que aumentava seus poderes e esvaziava os da câmara. Na Áustria a Dieta austríaca foi dissolvida e uma constituição também outorgada, em março, restaurando o absolutismo e declarando o Império Austríaco indissolúvel e indivisível, o que contrariava francamente leis aprovadas pela Assembleia de Frankfurt e o projeto da burguesia liberal de criação de uma só Alemanha.

Daí em diante, a Assembleia Nacional de Frankfurt e sua constituição imperial tornaram-se os únicos instrumentos de defesa da revolução, melancolicamente esvaziados nos primeiros meses de 1849. Segundo Engels, para a burguesia liberal e agora também para a pequena-burguesia, tratava-se de salvar as aparências, acabando com a revolução e impondo a Constituição Imperial à Alemanha. O ato supremo de rendição à ordem vigente foi a proposta de uma Monarquia Constitucional “Pequeno-Alemã” com o rei da Prússia à testa e sem a Áustria, criando-se um parlamento “Imperial” e parlamentos locais em todos os Estados menores. Em resposta o rei da

Prússia não só articula um congresso de príncipes que restaura a velha Dieta Federal em lugar da Assembleia, como dispensa olímpicamente o convite para assumir a coroa Imperial.

O conflito com a Assembleia de Frankfurt tornou-se inevitável e esta, dirigida pela Esquerda, que consegue a maioria com o abandono dos deputados de direita, convoca o povo a uma nova insurreição para garantir a efetivação da Constituição Imperial. Desta feita a direção do processo cabe à pequena-burguesia, apoiada pelos operários, pelos trabalhadores agrícolas e pelos pequenos agricultores. Em seu último suspiro a revolução alemã é defendida às últimas consequências pela classe operária, mas traída pelas ambiguidades orgânicas da pequena-burguesia.

Esta que dirigia o movimento atuou até o fim em defesa de uma Assembleia Nacional bastante esvaziada de representatividade política e desacreditada pelo povo e em nome de uma Constituição Imperial rejeitada por todos os governos e muito aquém de uma verdadeira revolução democrática. O resultado foi uma postura conciliadora, confrontada pela ofensiva dos monarcas absolutistas, que reprimiram o movimento insurrecional onde ele eclodiu (Prússia Renana, Vestfália, Palatinado, Wurtemberg, Dresden) e caçaram os deputados da Assembleia até a sua dispersão e dissolução.

A última consequência da revolução alemã, a revolução húngara, foi sufocada pelas tropas do Czar da Rússia em agosto de 1849 a pedido do Imperador Austríaco, em nome da integridade do Império e da restauração da ordem.

Uma tipologia das revoluções

Na análise da revolução alemã Engels estabelece um procedimento metodológico em que busca teorizar o caso particular que estuda a partir da comparação com outras experiências de revolução burguesa, notadamente as revoluções francesas. À primeira vista a situação da Alemanha de 1848 assemelha-se à da França de 1789. O compromisso de ambas as burguesias com a monarquia constitucional e com o liberalismo parece confirmar a semelhança. No entanto, as semelhanças param por aí. Em primeiro lugar, em 1789 a burguesia francesa enfrentou um estado absolutista unificado, com um notório centro de irradiação política e econômica, Paris, e com uma nobreza feudal intransigentemente reacionária. Enquanto isto, a burguesia alemã enfrentou uma estrutura política extremamente fragmentada, pontilhada por três dezenas de pequenos estados e polarizada por duas monarquias ao mesmo tempo aliadas e rivais: o império multinacional da Áustria e a monarquia prussiana.

As duas cidades que poderiam exercer papel semelhante ao de Paris, não o podiam: Viena por ser a capital de um império multinacional muito mais preocupado em preservar suas possessões ao sul e à leste do que exercer sua hegemonia na Confederação Germânica; e Berlim, sede de uma monarquia com pretensões hegemônicas na Alemanha e com vocação expansionista (vide a anexação da região oeste da Polônia), mas incapaz de se contrapor francamente ao gigantismo austríaco e de atenuar a desconfiança e rivalidade das cidades alemãs do sul (Munique, Frankfurt, Wurtemberg, Dresden, Baden). Neste ponto a questão religiosa ganha importância na análise engelsiana, revelando a contraposição entre o luteranismo do norte, na Prússia, ao catolicismo prevaiente no sul, tanto na Áustria, quanto na Baviera. De modo, que não havia na Alemanha uma grande cidade a ser tomada de assalto, como Paris.

Em segundo lugar, o impacto da grande Revolução Francesa e do expansionismo napoleônico no imaginário e na perspectiva política da nobreza alemã foi crucial para que esta adotasse uma tática combinada de concessão e controle em relação à burguesia alemã, o que não havia na França de 1789. Se de um lado, após o Congresso de Viena a nobreza passou a controlar mais rígida e exclusivamente o poder político, radicalizando seu caráter autocrático (principalmente na Áustria), de outro lado diversas concessões econômicas foram feitas à burguesia, destacando-se o Zollverein (1834), o que exerceu forte influência passivizadora sobre as perspectivas revolucionárias desta última. Além disso, tanto a grande, quanto a pequena burguesia ainda eram bastante dependentes do mercado polarizado pelas cortes e pela nobreza, apesar do desenvolvimento das manufaturas e da indústria moderna na Alemanha de 1848 ser maior do que na França de 1789. Ao contrário, na França desde há muito a burguesia manufatureira tinha acesso a mercados alternativos, principalmente os das colônias, tornando-a menos dependente do consumo aristocrático, e a um mercado interno mais pujante e unificado. Daí sua maior independência política.

Em terceiro lugar, as classes populares na França possuíam um desenvolvimento político-ideológico maior do que na Alemanha e também podiam atuar concentradamente em termos territoriais (Paris). Queira ou não, o Iluminismo na França foi capaz de se popularizar e enraizar na consciência das massas populares, tanto em sua versão liberal, quanto em sua versão democrática. Tanto os trabalhadores urbanos quanto a pequena burguesia parisienses eram fortemente polarizados por uma perspectiva crítica que os fez assumir a vanguarda da revolução nos momentos de vacilação da burguesia, obrigando esta a se adiantar e levar a ruptura com a velha ordem

até o fim. Não é à toa que desta perspectiva crítica surgiu uma das idéias-força do mundo contemporâneo: a democracia jacobina.

De acordo com Engels, na Alemanha o atraso político-cultural e a dispersão territorial das massas é notável. A manipulação da educação, da cultura e da informação pelo Estado absolutista, somada à dispersão territorial, no caso do operariado, fizeram com que as massas populares apenas tangenciassem as ideias revolucionárias. Engels denuncia que a democracia da pequena-burguesia alemã não vai além da liberdade individual e do sufrágio universal, que não incorporou intransigentemente ao seu programa a abolição da servidão e foi acionada durante o processo revolucionário ao sabor das idas e vindas da burguesia liberal. A classe operária alemã encontrava-se, em 1848, num patamar político-ideológico bastante atrasado em relação aos movimentos operários francês e inglês na mesma época, padecendo ainda da debilidade organizativa e da dispersão territorial.

O que de mais parecido havia com o partido jacobino na Alemanha era a Liga dos Comunistas, da qual participavam Marx e Engels, que, por sua vez, tinha uma perspectiva revolucionária muito além do jacobinismo e do próprio estágio político-ideológico da classe operária alemã. Deste modo, as classes populares na Alemanha não puderam atingir o grau de independência política que as tornasse sujeitos políticos capazes de dirigir a revolução, como suas congêneres na França. Diante disto, a burguesia alemã pôde dar pleno desenvolvimento às suas vacilações e à sua postura conciliadora. Aliás, qualquer manifestação de autonomia e independência política das classes populares a fazia recuar ainda mais diante da revolução. Assim, podemos concluir que apesar de ser uma “revolução de baixo”, conforme a terminologia de Engels, como a Revolução Francesa de 1789, a revolução alemã de 1848 foi muito mais moderada, muito menos articulada e seus resultados tiveram um impacto transformador muito menor nas estruturas políticas e sociais da Alemanha.

A presença da classe operária e da perspectiva socialista na revolução alemã de 1848 sugere uma comparação com as revoluções francesas de 1830 e 1848. Aqui, mais uma vez, as semelhanças limitam-se à superfície, pois se tratam de movimentos organicamente distintos.

A Revolução de 1830 na França foi uma espécie de complemento da Grande Revolução de 1789 e do Império Napoleônico, pois restituiu à burguesia a condição de classe politicamente dominante, anulando a restauração parcial do feudal-absolutismo ocorrido no período pós 1815. Baseada numa ampla frente anti-absolutista, que reeditou

a aliança entre a grande burguesia, a pequena-burguesia e o proletariado, a Revolução de 1830 efetivou o que era o projeto da burguesia francesa entre 1789 e 1792: uma Monarquia Constitucional Liberal. Apesar do movimento operário já ter emergido à cena política com um projeto político socialista, portanto distinto do liberalismo e da democracia, este ainda colocou-se à reboque das iniciativas burguesas, não polarizando o enfrentamento com a burguesia.

Em 1848, o próprio desenvolvimento capitalista francês dos 18 anos precedentes alterou a correlação de forças, trazendo a moderna luta de classes para o seio da sociedade francesa. Nesta altura o movimento operário já agia como um sujeito político importante, disputando a direção política do bloco popular com a pequena burguesia e esposando as mais variadas concepções socialistas saídas do jacobinismo: desde o saint-simonismo e o blanquismo, até o proudhonismo e o fourierismo. Deste modo, o eixo da luta de classes em 1848 já não era o mesmo de 1830. Não mais havia uma luta entre o bloco feudal-absolutista (clero, nobreza e aristocracia financeira) e o bloco anti-absolutista (burguesia, pequena-burguesia e proletariado), mas uma luta entre a burguesia e proletariado. À primeira vista, na Revolução de Fevereiro de 1848 tal contradição não apareceu, na medida em que a fração industrial da burguesia abraçou a luta contra a Monarquia Constitucional, pondo-se ao lado da República junto com a pequena-burguesia e o proletariado. No entanto, logo o conflito capital x trabalho ganhou visibilidade, na medida em que a coalizão republicana polarizou-se entre o liberalismo da burguesia industrial e a social-democracia da aliança pequena-burguesia/proletariado. A Revolução de Junho foi fruto da tentativa fracassada do proletariado de assumir o poder e dirigir o bloco popular na perspectiva do socialismo. O resto já se sabe: para isolar e derrotar a classe operária a burguesia industrial republicana foi obrigada a recuar, abrindo brecha para o avanço das frações monárquicas legitimistas e orleanistas (nobreza, aristocracia financeira) e criando uma situação de equilíbrio instável e relativo que favoreceu o bonapartismo de Napoleão III, o pequeno.

A partir daí opera-se a transformação capitalista do país, que se concretiza apoiada por um regime político onde a burguesia abre mão do seu domínio político direto em favor do seu domínio econômico definitivo. O recuo da burguesia francesa diante da revolução de modo algum significou sua derrota, pois sua postura conciliadora diante do partido da ordem (legitimistas e orleanistas) e do bonapartismo não significou a restauração do Estado feudal-absolutista, muito ao contrário, pois este já havia sido

desmantelado em sua plenitude com a grande Revolução de 1789 e com o primeiro Bonaparte. O que houve foi a abdicação, pela burguesia republicana, da criação de um regime político que lhe era imediatamente mais favorável, a república liberal-burguesa, em favor da criação de um regime onde sua dominação política se exercia de forma indireta e em consórcio com outras frações, o bonapartismo burguês; regime que em médio prazo garantiu a sua vitória com a instalação do capitalismo industrial e do imperialismo na França.

Na Alemanha, ao contrário, nada disso ocorreu. Em primeiro lugar, a burguesia alemã lidava com um regime feudal-absolutista solidamente enraizado, pois o feudalismo ainda vigia, mesmo que de modo mitigado em vários lugares; regime que desde a expansão napoleônica tinha sofrido mudanças de superfície. Portanto, o recuo e a derrota da burguesia não significaram a abdicação de um regime burguês mais favorável, em favor de outro, menos favorável, mas ainda sim burguês. Significou a restauração da supremacia da nobreza e do feudal-absolutismo, apesar de que, daí em diante as coisas teriam que mudar. Em segundo lugar, durante todo o tempo o eixo da luta de classes girou em torno da luta contra o feudal-absolutismo. De modo algum a classe operária polarizou a disputa política ao ponto de projetar uma direção política e um processo revolucionário alternativos. Assim, os temores da burguesia diante do avanço operário e popular constituíam-se muito mais como fruto do fantasma de uma revolução internacional, do que como fruto de uma ameaça interna concreta.

Em terceiro lugar, o grande projeto da burguesia alemã era a criação de uma Monarquia Constitucional Unificada, onde a chefia de Estado seria inevitavelmente dada a uma das cabeças coroadas da Confederação Germânica, particularmente ao Imperador da Áustria ou ao Rei da Prússia. O que significaria, no mínimo, a manutenção de parte, ou da maior parte, das instituições e do pessoal burocrático vigentes. Ou seja, na pior hipótese para a nobreza alemã e seus príncipes, qual seja a vitória do projeto burguês, ainda assim haveria lugar para ela no aparato estatal e no sistema de poder saído da Revolução.

Quer dizer, a burguesia alemã não passou do que queria a burguesia francesa de 1789-1792 na forma, a Monarquia Constitucional, e no conteúdo ficou aquém, pois não havia na plataforma da burguesia alemã nada tão revolucionário quanto a Constituição Francesa de 1790. Para piorar, esta classe não foi sequer empurrada para frente, pelas classes revolucionárias à sua retaguarda. Ao menor sinal de que estas avançavam, aquela recuava para a retaguarda, para os braços dos monarcas de plantão. Vinte e dois

anos depois, no prefácio à segunda edição do seu *Guerras camponesas na Alemanha* Engels volta à temática da especificidade da revolução alemã vaticinando que se tudo corresse bem e até a virada do século os restos do feudalismo fossem definitivamente abolidos, finalmente a burguesia alemã teria criado uma situação histórica semelhante à da França de 1792!

Atrasada em 60 anos, a revolução alemã de 1848 foi uma revolução burguesa débil, vacilante e devidamente derrotada como estratégia de ascensão política.

Revolução Passiva, transformismo e bonapartismo na Alemanha

A derrota da revolução alemã de 1848 abriu caminho para o desenvolvimento de uma estratégia de *aggiornamento* desenvolvida pela nobreza alemã e pela monarquia absolutista prussiana que efetivou o projeto burguês em médio prazo por meio de modificações moleculares progressivas. Ao lado das concessões jurídicas e econômicas pró-capitalistas, que se intensificaram, o projeto de unificação nacional passou a orientar as ações do governo prussiano tanto para atrair o apoio burguês, quanto para ampliar o aparato estatal e sua política de expansão territorial.

O projeto de criação de uma Monarquia Constitucional da Pequena Alemanha, com o rei da Prússia à testa, acabou se realizando duas décadas mais tarde. A docilidade da burguesia alemã em 1848 granjeou-lhe a restauração da velha tática do absolutismo de lhe fazer concessões econômicas em troca da sua abdicação do poder político. Sua participação nas instituições políticas pós-1848 continuou fundamentalmente subalterna, mas garantiu a associação do desenvolvimento capitalista aos interesses hegemônicos da monarquia prussiana na Alemanha e na Europa Centro-Oriental. Este desenvolvimento permitiu não só o fortalecimento da burguesia, mas a própria conversão da nobreza feudal numa classe de latifundiários sustentados por uma agricultura mercantil e associados aos destinos do capitalismo alemão.

Dirigida politicamente pelos *junkers* prussianos, cujo representante típico é Bismarck, a unificação alemã permitiu a ascensão econômica da burguesia industrial e a criação de um Estado burguês baseado num regime sincrético, onde os elementos liberal-representativos conviviam com elementos autocráticos de corte absolutista-feudal, como o poder político do imperador e a supremacia jurídica dos nobres *junkers* nos distritos rurais, que contavam ainda com forte presença na burocracia e, em especial, no Exército. No tope deste sistema, o bonapartismo bismarckiano.

Deste modo, o Estado burguês surgido na Alemanha não foi fruto de uma “revolução de baixo”; inspirada pelo liberalismo burguês e pela mobilização popular, esta tentativa foi derrotada em 1848/49. Este foi fruto de uma “revolução de cima”, conforme teorizou Engels mais tarde, operado por métodos transformistas variados.

O mais corriqueiro -- que definimos como transformismo em sentido restrito -- manifestou-se através de cooptação das lideranças liberal-burguesas pelo aparato estatal, pois estes, ao assumirem os governos revolucionários fizeram uso de sua força para frear ou reprimir a revolução com vistas a defender a ordem social e a propriedade privada do avanço popular. Mais tarde este método foi desdobrado principalmente pelo governo prussiano, que ao aceitar a representação política da oposição burguesa nos órgãos legislativos, porém de modo suficientemente tutelado, visava legitimar suas ações e projetos de lei, além de evitar que esta fugisse do controle e tivesse uma “recaída” revolucionária.

O transformismo em sentido ampliado, que podemos definir como aquele baseado no esvaziamento do conteúdo crítico da ação e do projeto dos opositores por meio da definição do terreno e das condições em que a luta será travada, foi exercido na Revolução de 1848 de várias formas pelas monarquias absolutistas alemãs sobre o movimento revolucionário e, em especial, sobre a burguesia alemã. Primeiramente há que se destacar a própria estrutura política fragmentada, o que transformava cada uma das 36 estruturas estatais num aparelho a ser tomado e num baluarte de reação. A preservação e o funcionamento desta estrutura durante a revolução constituíram-se em elementos fortíssimos de dispersão das energias revolucionárias e de cooptação local dos líderes revolucionários.

Em segundo lugar, destacam-se as instituições representativas do velho regime, como as Câmaras Legislativas de cada Estado e a Dieta Federal Alemã. Estas estruturas, onde a nobreza tinha a supremacia e a burguesia ocupava uma posição subalterna, sem falar na ausência do operariado e de grande parte da pequena-burguesia, não foram abolidos ou sequer transformados durante a revolução, continuando como órgãos auxiliares de príncipes e reis. A revolução apenas sobrepôs a elas a Assembleia Nacional, a Constituição e o “governo imperial”, exercido por notórios aliados dos reis absolutistas. Deste modo a velha ordem conseguiu manter os órgãos pelos quais procurava dar legitimidade às decisões autocráticas de seus monarcas e cooptava as burguesias (grande e pequena), revertendo a dualidade de poderes a seu favor.

Em terceiro lugar, apesar da criação de milícias populares durante a Revolução, milícias que mobilizaram o operariado e a pequena-burguesia, jamais estas se tornaram o núcleo de um novo exército (como ocorreu na Inglaterra e, em menor grau, na França). Ao contrário, os velhos exércitos foram mantidos e utilizados tanto pelos reis absolutistas para reprimir a revolução, às vezes com a concordância da burguesia, como pelo governo revolucionário para conter as agitações pan-eslavistas na Polônia e na Boêmia, demonstrando sua centralidade para a preservação da ordem, e dando para a nobreza a oportunidade de manejar um instrumento de seu uso exclusivo.

Finalmente, o controle da política externa pelas monarquias alemãs, em especial pela Áustria e pela Prússia, inviabilizou a propagação da Revolução pela Europa Centro-Oriental, enfraquecendo o ímpeto revolucionário na Alemanha e impedindo que a burguesia fosse além de uma perspectiva meramente nacionalista.

Deste modo, a derrota da revolução alemã foi fruto não só da fragilidade das forças revolucionárias, mas também de uma estratégia transformista exercida pelos Estados absolutistas e pela nobreza que passivizou o conflito político em seu favor. Doravante o transformismo será o método privilegiado de operação das mudanças históricas na Alemanha, tornando o liberalismo inviável e fazendo da Revolução um assunto exclusivamente proletário.

Como resultado deste processo surge na Alemanha um regime bonapartista, tal como havia surgido na França anteriormente. Mais uma vez as comparações fazem-se necessárias, pois ao contrário da França, onde o bonapartismo reina sobre um equilíbrio instável entre as frações burguesas, principalmente, mas contando também com a presença da classe operária na cena política, na Alemanha a situação de equilíbrio é entre a nobreza e a burguesia. Daí um regime bonapartista mais conservador, que preservou elementos importantes das velhas estruturas absolutistas.

Passada a fase de consolidação do Estado burguês na Alemanha, a ascensão da classe operária exige a manutenção da forma bonapartista, mesmo após a saída de Bismarck, numa situação em que o Exército e a Coroa exerceram esta posição até o colapso do Império Alemão com o final da 1ª Guerra Mundial. No entanto, a crise de hegemonia dos anos 20 e a própria inviabilidade do liberalismo na Alemanha criaram as condições para a volta do bonapartismo nos anos 30, desta vez na sua forma fascista e para reinar sobre um novo equilíbrio instável; entre a grande burguesia aliada aos latifundiários, a pequena-burguesia e o lumpemproletariado, contra a classe operária.

A reflexão sobre a questão da revolução passiva e do transformismo é, obviamente, ausente no texto *Revolução e Contrarrevolução na Alemanha* de Engels. No entanto, discorrendo sobre o processo revolucionário e as causas de seu fracasso, Engels dá grande destaque ao peso de determinadas estruturas políticas e jurídicas para a cooptação das classes revolucionárias e na obstrução da Revolução; estruturas cuja ação política poderíamos associar ao transformismo em sentido amplo. A própria tática das monarquias absolutistas alemãs de fazer concessões econômicas à burguesia, paralelamente à sua exclusão do poder político pode ser classificada com uma operação transformista. Quarenta e três anos depois, na “Introdução” à edição de 1895 do “Luta de classes em França”, de Marx, Engels avança a formulação de que a era das “revoluções de cima” havia começado após 1848. Identificando tanto a França de Louis Bonaparte, quanto à Alemanha de Bismarck, considerados bonapartistas por ele, como exemplos deste processo.

Esta formulação é parte de uma avaliação crítica da visão que ele e Marx tinham da revolução no início dos anos 1850, afirmando que do ponto de vista proletário tal tipo de revolução, baseados na tática insurrecional e numa classe operária à época minoritária, estava ultrapassado. Segundo Engels, mesmo para a época o sucesso do proletariado na revolução era muito difícil, pois como o capitalismo e a indústria moderna estavam apenas iniciando seu movimento de expansão, o conflito entre a burguesia e proletariado se limitava à Inglaterra, à Paris e à algumas poucas cidades em 1848 como conflito fundamental da luta de classes. Daí as derrotas de 1848.

Ao contrário, na década de 1890 a indústria moderna havia se espalhado pela Europa e a classe operária era numericamente majoritária em muitos países, compondo grandes massas nas cidades. Uma classe que ultrapassou a forma revolucionária insurrecional, pois aprendeu a avançar politicamente nas brechas do sistema democrático-liberal burguês. A referência concreta para esta afirmação de Engels era a Alemanha, onde o SPD crescia em votos e parlamentares a cada eleição, caminhando para se tornar a força dominante no Parlamento alemão. Como se sabe, mesmo considerando que em algum momento a classe operária teria que abolir o Estado burguês para desencadear a transição ao socialismo e impôr-se como classe dominante, este texto de Engels foi devidamente “editado” pela social-democracia alemã, apesar dos protestos do autor, e usado para justificar seu reformismo diante do governo e da burguesia alemães.

É interessante perceber que a formulação original de Engels sobre as “Revoluções de cima” é associada a dois países que ele considera bonapartistas após 1848 e que, como sabemos, passaram por um rápido processo de desenvolvimento industrial, onde a ação do Estado foi decisiva para tornar a burguesia industrial a classe dominante política e economicamente. Deste modo, Engels antecipa a associação entre revolução passiva e cesarismo feita por Gramsci 30 anos depois.

Referências:

ANDERSON, Perry. “Prússia”. In: *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 236-278.

EFÍMOV, GALKINE e ZUBOK. *História Moderna: As Revoluções burguesas*. Vol. I. Lisboa: Estampa, 1977.

ENGELS, Friedrich. “Prefácio do autor”. In: *As guerras camponesas na Alemanha*. São Paulo: Grijalbo, 1977, p. 7-21.

_____. “Introdução à edição alemã de 1895 de ‘As lutas de classes em França de 1848 a 1850’ de Karl Marx”. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Avante, 1982. pg. 189 - 208.

_____. “Revolução e contra-revolução na Alemanha”. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Avante, 1982. pg. 310 - 405.

GRAMSCI, A. “Breves notas sobre a política de Maquiavel (Caderno 13)”. In: *Cadernos do Cárcere*, volume 3, Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2000, pg. 11-110.

_____. “Risorgimento italiano (Caderno 19)”. In: *Cadernos do Cárcere*, volume 5, Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2002, pg. 11-128.

HOBBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *A Era do Capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

KENT, George O. *Bismarck e seu tempo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MACIEL, David. “Marx e a revolução alemã de 1848-1849”. In: *Antítese – Marxismo e Cultura Socialista*, nº 5, Goiânia: CEPEC, 2008, p. 42-77.

MAYER, Gustav. *Friedrich Engels: uma biografia*. México – DF: Fondo de Cultura Economica, 1978.

MARX, Karl. “As lutas de classes em França de 1848 a 1850”. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Avante, 1982. pg. 189 - 309.

_____. “O 18 Brumário de Louis Bonaparte”. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Avante, 1982. pg. 413-512.

_____. *A burguesia e a contra-revolução*. São Paulo: Ensaio, 1987.

MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da Ditadura e da Democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

NÉRÉ, Jacques. *História Contemporânea*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991.

PALMER, Alan. *Bismarck*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.